

Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2010

*Fevereiro de 2011
Este relatório contém 16 páginas*



CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 3
	Demonstração do rendimento integral 3
	Balanço 4
	Demonstração das alterações no capital próprio 5
	Demonstração dos fluxos de caixa 5
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 6
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 9
II.3	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Fornecimentos e serviços externos 10
Nota 2	Gastos com o pessoal 10
Nota 3	Outros rendimentos e ganhos 10
II.4	Notas ao balanço
Nota 4	Participações financeiras 11
Nota 5	Accionistas/sócios 12
Nota 6	Caixa e depósitos bancários 12
Nota 7	Capital, reservas legais e resultados transitados 12
Nota 8	Estado e outros entes públicos 12
II.5	Outras notas
Nota 9	Transacções com partes relacionadas 13
Nota 10	Justo valor 14
Nota 11	Passivos contingentes e compromissos 14
Nota 12	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 14
III	Relatório dos auditores

[Handwritten signature]

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2010	2009
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	-	16.000.000
Fornecimentos e serviços externos	1	(60.858)	(58.197)
Gastos com o pessoal	2	(29.875)	(30.375)
Outros rendimentos e ganhos	3	2.722.952	3.154.138
Outros gastos e perdas		(91)	(7.307)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.632.128	19.058.259
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.632.128	19.058.259
Juros e gastos similares suportados		-	(83)
Resultado antes de impostos		2.632.128	19.058.176
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(711.326)	(810.450)
Resultado líquido do exercício		1.920.802	18.247.726

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

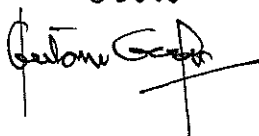
	Eur	
	2010	2009
Resultado líquido do exercício	1.920.802	18.247.726
Total do rendimento integral	1.920.802	18.247.726

Balanço

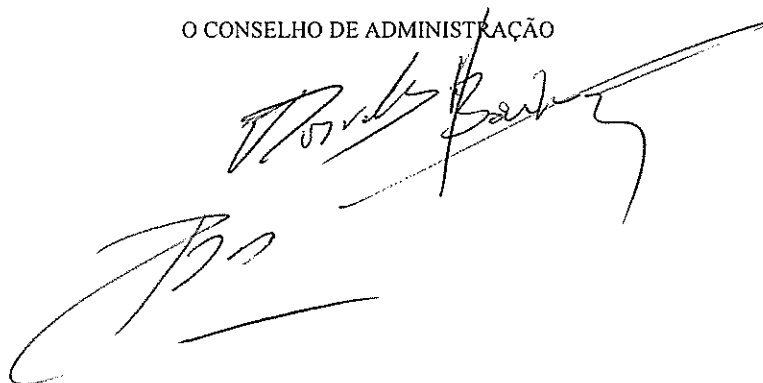
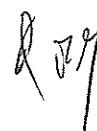
Activo	Notas	Eur	
		2010	2009
Activo não corrente			
Participações financeiras	4	999.953.125	999.953.125
		<u>999.953.125</u>	<u>999.953.125</u>
Activo corrente			
Accionistas/sócios	5	86.599.736	87.644.648
Outras contas a receber		9.128	-
Caixa e depósitos bancários	6	4.969.442	2.427.045
		<u>91.578.306</u>	<u>90.071.693</u>
Total do Activo		<u>1.091.531.431</u>	<u>1.090.024.818</u>
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas legais		7.621.014	6.708.628
Resultados transitados		81.796.831	64.461.491
Resultado líquido do exercício		1.920.802	18.247.726
Total do capital próprio	7	<u>1.091.341.022</u>	<u>1.089.420.220</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	8	187.152	600.758
Outras contas a pagar		3.257	3.840
Total do passivo		<u>190.409</u>	<u>604.598</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>1.091.531.431</u>	<u>1.090.024.818</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Toc 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur				
	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2009	1.000.002.375	5.997.678	50.953.458	14.218.983	1.071.172.494
Transferência de resultados	-	710.950	13.508.033	(14.218.983)	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	18.247.726	18.247.726
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1.000.002.375	6.708.628	64.461.491	18.247.726	1.089.420.220
Transferência de resultados	-	912.386	17.335.340	(18.247.726)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.920.802	1.920.802
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.000.002.375	7.621.014	81.796.831	1.920.802	1.091.341.022

Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2010	2009
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Resultado líquido do exercício	1.920.802	18.247.726
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos activos / passivos	(413.606)	432.989
<i>Variações nos activos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	1.035.784	(52.227.373)
Outros activos e passivos	-	157.336
Credores diversos	(583)	-
	<u>2.542.397</u>	<u>(33.389.322)</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>	<u>-</u>	<u>-</u>
<i>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</i>	<u>-</u>	<u>-</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	2.542.397	(33.389.322)
Caixa e equivalentes no início do período	2.427.045	35.816.367
Caixa e equivalentes no final do período	<u>4.969.442</u>	<u>2.427.045</u>

6

807

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Sociedade'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objectivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efectivação do contrato. As acções foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

Até 31 de Dezembro de 2009, inclusive, as demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas foram preparadas de acordo com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, Artº 4º, a Millenniumbcp Ageas adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Millenniumbcp Ageas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com os IFRS adoptados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2010.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 21 de Fevereiro de 2011.

Em 2010 a Millenniumbcp Ageas adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 12. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

Transição para o Novo Plano de Contas

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2010 e na determinação dos ajustamentos de transição, a Millenniumbcp Ageas decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que se refere à preparação de informação comparativa e à aplicação retrospectiva dos IFRS.

♀

879

Não se verificaram quaisquer impactos ao nível dos resultados e dos capitais próprios decorrentes da adopção dos IFRS.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Millenniumbcp Ageas exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As subsidiárias são mensuradas ao custo de aquisição, sujeitas a teste de imparidade.

c) Activos financeiros

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção como empréstimos concedidos e contas a receber.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Millenniumbcp Ageas ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Millenniumbcp Ageas tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Millenniumbcp Ageas tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sujeitos a testes de imparidade.

d) Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

g) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transacção.

h) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Millenniumbcp Ageas tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas

j) Reconhecimento de rendimentos de serviços

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

k) Reconhecimento de juros

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

l) Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

9

2017

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Millenniumbcp Ageas são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Millenniumbcp Ageas é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Millenniumbcp Ageas poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade de investimentos em subsidiárias

A Millenniumbcp Ageas efectua o teste de imparidade dos investimentos em subsidiárias, tendo por base a estimativa do valor actual dos *cashflows* esperados associados a cada activo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Millenniumbcp Ageas.

Impostos sobre os lucros

A Millenniumbcp Ageas encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Millenniumbcp Ageas, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração Millenniumbcp Ageas, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

5

109

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos incluem maioritariamente o montante de Euros 59.367 (2009: Euros 57.110) relativos a trabalhos especializados.

Nota 2 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal referem-se em 2010 e 2009 na totalidade a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

Nota 3 – Outros rendimentos e ganhos

Os Outros rendimentos e ganhos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Juros de empréstimos de financiamento	2.682.511	2.307.094
Juros de depósitos bancários	2.172	74.268
Juros de obrigações	36.705	259.741
Valias realizadas na alienação de activos financeiros	-	513.035
Outros rendimentos e ganhos	1.564	-
Total	2.722.952	3.154.138

Os Juros de empréstimos de financiamento referem-se aos empréstimos concedidos à subsidiária Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 35.000.000 e Euros 51.600.000, conforme nota 5.

7

12/

II.4 Notas ao balanço

Nota 4 – Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as empresas subsidiárias da Millenniumbcp Ageas eram as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Actividade Económica	Capital (Euro)	% participação do Grupo
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	Seguros	12.500.000	100
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	Seguros de Vida	22.375.000	100
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	Seguros	12.000.000	100
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	Gestão de Fundos de Pensões	1.200.000	100

O valor das participações financeiras da Millenniumbcp Ageas nas suas subsidiárias, são analisadas como segue:

	Euros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	864.952.375
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	80.000.000
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	30.000.000
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	25.000.000
	<u>999.952.375</u>

Como referido nas políticas contabilísticas, a Millenniumbcp Ageas efectuou uma revisão ao valor recuperável dos investimentos nas subsidiárias, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efectuado com base no orçamento a 5 anos de cada uma das unidades de negócio, aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, considerando uma taxa de crescimento a longo prazo de 2%. O valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 11% (2009: 11,4%).

Adicionalmente, na rubrica de participações financeiras, à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontra-se registado o montante de Euros 750, relativo à participação detida na Millenniumbcp – Prestação de Serviços. A.C.E.

♀

829

Nota 5 – Accionistas/sócios

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Accionistas/sócios refere-se maioritariamente aos empréstimos concedidos à subsidiária Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., num total de Euros 86.600.000 (2009: Euros 87.644.648, incluindo o valor de juro decorrido e não recebido no montante de Euros 1.644.648), conforme referido na nota 3.

Nota 6 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 7 – Capital, reservas legais e resultados transitados

Capital

O capital da Millenniumbcp Ageas, Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., de Euros 1.000.002.375, representado por 200.000.475 acções de valor nominal Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os accionistas da Millenniumbcp Ageas são como segue:

	Nº acções	% participação
Banco Comercial Português, S.A.	98.000.233	49
Ageas Insurance International, N.V.	102.000.242	51
	200.000.475	100

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Nota 8 – Estado e outros entes públicos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2010 foi apurado pela Sociedade com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29% (2009: 26,5%), a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade correspondem na totalidade a impostos corrente, ascendendo respectivamente a Euros 187.152 e Euros 600.758.

Φ

2010

Com relação ao imposto corrente sobre o rendimento reportado nos resultados de 2010 e 2009, no montante de Euros 711.326 e Euros 810.450, a reconciliação da respectiva taxa é analisada como segue:

	Eur	
	2010	2009
Resultado antes de impostos	2.632.128	19.058.176
Taxa de imposto	29,0%	26,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	763.317	5.050.417
Dividendos excluídos de tributação	-	(4.240.000)
Outras diferenças permanentes	(51.991)	33
	711.326	810.450

II.5 Outras notas

Nota 9 - Transacções com partes relacionadas

A análise das transacções com partes relacionadas em 2010 e 2009, é analisada como segue:

	Eur'					
Balanço	Grupo BCP	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Médias	Pensões gere	Total
Participações financeiras	750	864.952.375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	999.953.125
Empréstimos concedidos	-	86.599.736	-	-	-	86.599.736
Caixa e depósitos bancários	4.969.442	-	-	-	-	4.969.442
Total activo	4.970.192	951.552.111	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.091.522.303
Total passivo	-	-	-	-	-	-
Líquido activo/passivo 2010	4.970.192	951.552.111	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.091.522.303
Líquido activo/passivo 2009	2.427.795	952.597.023	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.090.024.818

	Eur'					
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Médias	Pensões gere	Total
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Juros de depósitos	2.172	-	-	-	-	2.172
Juros de empréstimos	-	2.682.511	-	-	-	2.682.511
Total rendimentos	2.172	2.682.511	-	-	-	2.684.683
Total gastos	-	-	-	-	-	-
Líquido rendimentos/gastos 2010	2.172	2.682.511	-	-	-	2.684.683
Líquido rendimentos/gastos 2009	74.268	2.307.094	8.800.000	2.900.000	4.300.000	18.381.362

As transacções com Partes relacionadas, que não relativas à distribuição de dividendos, foram efectuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transacções similares.

Em 2009 os Rendimentos/ gastos líquidos correspondem maioritariamente aos dividendos recebidos das subsidiárias Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Médias - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. e Pensões gere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., num total de Euros 16.000.000 (Euros 8.800.000, Euros 2.900.000 e Euros 4.300.000, respectivamente, conforme acima indicado). Em 2010, a Millenniumbcp Ageas não recebeu qualquer dividendo das suas subsidiárias.

♀

[Handwritten signature]

Nota 10 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Millenniumbcp Ageas são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Devedores

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 11 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está directamente envolvida em processos judiciais em Portugal.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não havia garantias prestadas ou recebidas.

Nota 12 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Sociedade não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Sociedade não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

Φ

807

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos "step acquisition" em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, a Sociedade não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A Sociedade não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Sociedade não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Sociedade não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Sociedade

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value option*) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montante registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Sociedade está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

9

8 2 9